ATA Nº 66/2007

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO - ESTADO DO PARANÁ

Aos 13 (treze) dias do mês de setembro de 2007, com início às 18 horas, realizou-se mais uma sessão ordinária do Poder Legislativo do Município de Pato Branco, Sessão Legislativa do ano de 2007, contando com a presença e participação dos vereadores: Aldir Vendruscolo - sem partido, Cilmar Francisco Pastorello - PR, Guilherme Sebastião Silverio - PMDB, Laurindo Cesa - PSDB, Márcia Fernandes de Carvalho Kozelinski - PPS, Marco Antonio Augusto Pozza - PMDB, Nelson Bertani - PDT, Valmir Tasca - DEM e Volmir Sabbi - PT. Havendo quorum legal, sob a presidência do vereador Valmir Tasca, foi aberta a sessão com a leitura de um trecho bíblico feita pelo vereador Laurindo Cesa. Na seqüência, o 1º Secretário, vereador Aldir Vendruscolo fez a leitura da ata da sessão extraordinária nº 65/2007, de 12 de setembro de 2007, a qual foi aprovada por unanimidade dos vereadores presentes. Ausente o vereador Osmar Braun Sobrinho - PV. Dando continuidade, passou-se à leitura das correspondências recebidas. Ofício nº 891/2007/GP, datado de 11 de setembro de 2007, assinado pelo Prefeito Roberto Viganó, encaminhando decretos de suplementação; convênio nº 05/2007/GP firmado com a União das Associações de Moradores de Bairros de Pato Branco, Anexo X - Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada, empenhos emitidos e Balancete da Despesa Mensal, referente os meses de março a julho de 2007 (conforme reunião realizada no dia 10 de setembro, com os secretários, quando discutiram sobre o projeto de lei nº 136/2007, mensagem nº 132/2007, que autoriza abrir Crédito Suplementar, no valor de R$ 2.591.000,00 (dois milhões, quinhentos e noventa e um mil reais); ofício nº 894/2007/GP, datado de 11 de setembro de 2007, assinado pelo Prefeito Roberto Viganó, solicitando que sejam alterados os valores de algumas dotações constantes no projeto de lei nº 136/2007, que autoriza abrir Crédito Suplementar, no valor de R$ 2.591.000,00, reduzindo o valor para R$ 1.980.000,00 (um milhão novecentos e oitenta mil reais); ofício nº 919/2007/GP, datado de 13 de setembro de 2007, assinado pelo Prefeito Roberto Viganó, convidando para uma reunião para tratar sobre a Sessão Solene da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, em homenagem à Revolta dos Posseiros, no dia 14 de setembro de 2007, às 10 horas, no Gabinete do Prefeito; ofício nº 442/2007, datado de 12 de setembro de 2007, assinado pelo senhor Guilherme Sebastião Silverio, Chefe do Núcleo Regional de Educação, em resposta ao ofício nº 557/2007, datado de 10 de setembro de 2007, de autoria dos vereadores Cilmar Francisco Pastorello - PR, Márcia Fernandes de Carvalho Kozelinski - PPS e Volmir Sabbi - PT. Convite enviado pela Direção do Hospital Thereza Mussi, para um café da manhã em comemoração do primeiro aniversário do hospital, no dia 15 de setembro de 2007, às 8 horas, no Hospital. Convite enviado pela Fecomércio-PR, Sesc-PR e o Sindicomércio para o ato de assinatura do contrato para a construção do Sesc - Unidade de Pato Branco, no dia 17 de setembro de 2007, às 20 horas e 30 minutos, no Centro Regional e Eventos. Notificação datada de 4 de setembro de 2007,

assinada pelo Secretário Municipal de Finanças, Mauro José Sbarain, de recebimento de recursos federais no período de 3 e 4 de setembro de 2007. Comunicados enviados pelo Senhor Daniel Silva Balaban, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, do Ministério da Educação, informando as liberações de recursos financeiros destinados a garantir a execução de programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Em seguida, foram lidas e deferidas as proposições dos senhores vereadores. Do vereador Osmar Braun Sobrinho - PV, no uso de suas atribuições legais e regimentais, comunicando que não participará da sessão ordinária a ser realizada no dia 13 de setembro de 2007, considerando que está participando da XVII Convenção Anual da Federação das Associações Comerciais do Paraná, que acontece nos dias 12 a 14 de setembro de 2007, em Foz do Iguaçu, com o tema Competitividade da Micro e Pequena Empresa. Para tanto, solicita o vereador proponente que a falta seja abonada, considerando estará participando de um evento que trata sobre assuntos de interesse da municipalidade relativamente à micro e pequenas empresas. Do vereador Nelson Bertani - PDT, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requer seja oficiado ao Executivo Municipal solicitando que através do departamento competente providencie a ampliação dos banheiros localizados junto à pista de atletismo da Fespato, bem como, que seja ativada a lanchonete existente no local. Muitas pessoas utilizam a pista para realizar caminhadas e não dispõem de banheiros em condições de uso no local. Com a chegada do verão faz-se necessário também que a lanchonete seja ativada. Do vereador Cilmar Francisco Pastorello - PR, no uso de suas atribuições legais e regimentais requer seja oficiado ao Executivo Municipal solicitando enviar a esta Casa de Leis cópia de todos os documentos de liberação de alvará, da Lanchonete Therapya, localizada na Avenida Tupi, entre a Pittol Calçados e a Farmácia Giordani. Solicita ainda o vereador proponente cópia do relatório de fiscalização efetuada com relação à utilização ilegal do espaço público nas calçadas para a colocação de mesas de bares e similares, conforme indicação feita ao Executivo Municipal, através do ofício nº 689/2006, de 15 de dezembro de 2006. Do vereador Valmir Tasca - DEM, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requer seja oficiado ao Executivo Municipal, solicitando enviar a esta Casa de Leis relação de logradouros e praças públicas que não estão denominados. A solicitação se faz para que possamos escolher um local para denominar logradouro ou praça em homenagem ao Frei Sérgio Hillesheim, padre muito querido e estimado por todos os munícipes. Justificamos também a presente solicitação, considerando que o projeto de lei nº 104/2007, de 5 de julho de 2007, enviado através da mensagem nº 100/2007, que denomina logradouro público de "Praça Frei Sérgio Hillesheim", foi retirado de pauta tendo em vista que a família Tumeleiro, que doou o terreno para construção da praça, a qual está localizada no Bairro Tumeleiro, não concordou com referida denominação. Do vereador Marco Antonio Augusto Pozza - PMDB, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requer seja oficiado ao Sr. Prefeito Municipal Roberto Viganó, com cópias ao Diretor do Depatran, encaminhando a solicitação do

Hospital Thereza Mussi, para o dia 15 de setembro de 2007, tal como, a liberação do cartão de Estacionamento no período matutino da via Itacolomi (quadra do Hospital Thereza Mussi), indicação de dois agentes de trânsito para orientação de pedestres, automóveis e ônibus, devido a realização do evento aniversário do Hospital Thereza Mussi, o qual estará promovendo serviços de apoio gratuito a comunidade Pato-branquense, neste dia, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde e demais entidades. Tal solicitação segue em anexo, e é de extrema importância para a segurança e realização deste evento social desta entidade privada.Do vereador Marco Antonio Augusto Pozza - PMDB, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requer seja oficiado a Secretaria Municipal de Saúde, Secretário Flávio Ângelo Ceni, solicitando informações a respeito do Projeto Mãe Pato-Branquense, bem como, dados, gestantes atendidas, estrutura física e humana utilizada, ainda, índices de natalidade e mortalidade infantil registrados no Município. Do vereador Marco Antonio Augusto Pozza - PMDB, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requer seja oficiado ao Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, Luiz Fernando Delazari, e ao Deputado Estadual Nereu Moura, solicitando agendar uma audiência para o mês de outubro, junto à Secretaria de Segurança, para tratar de assuntos de interesse do Município de Pato Branco, com lideranças locais. Dos vereadores Marco Antonio Augusto Pozza - PMDB e Laurindo Cesa - PSDB, no uso de suas atribuições legais e regimentais, solicitam seja oficiado ao IAP - Instituto Ambiental do Paraná, através do Sr. Normélio Bonatto, requerendo informações a respeito do processo de loteamento São Carlos de propriedade do Sr. Zeferino de Barba,tal como, qual a situação do mesmo perante os parâmetros de liberação. Dos vereadores Aldir Vendruscolo, Laurindo Cesa - PSDB e Cilmar Francisco Pastorello - PR no uso de suas atribuições legais e regimentais, na condição de relatores pela Comissão de Justiça e Redação; Políticas Públicas e Orçamento e Finanças, respectivamente, para o projeto de lei nº 122/2007, que dispõe sobre a política municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente e dá outras providências, requerem seja oficiado a senhora Helena de Fátima Soares Ribas, Presidente do Conselho Tutelar; senhor José César Sagrilo, Presidente do Conselho Municipal da Criança e Adolescente e o Promotor de Justiça da Vara da Família, Raphael Adalberto Soares, convidando-os para participarem de uma reunião no dia 17 de setembro de 2007, às 15 horas, na Câmara Municipal de Pato Branco, para discutir sobre o referido projeto de lei. Dos vereadores Cilmar Francisco Pastorello - PR, Márcia Fernandes de Carvalho Kozelinski - PPS e Volmir Sabbi - PT, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requerem seja oficiado ao Executivo Municipal solicitando que o mesmo explique as diferenças de valores pagos para a empresa Radar pelo Sr. Roberto Viganó e pela Prefeitura Municipal a título de serviços de pesquisa. Esse pedido se deve ao fato de termos detectado uma diferença de valor significativa quando o Prefeito pagou pelos serviços e quando serviços de mesma natureza foram pagos pelo Executivo Municipal. Em resposta ao nosso requerimento, na oportunidade em que questionávamos o resultado dos interesses da população

por asfalto e saúde, o Executivo informou que a pesquisa havia sido paga pelo Sr. Viganó e enviou cópia do recibo no valor de R$ 2.000,00. Ao consultarmos os gastos que a Prefeitura fez com a mesma empresa Radar, por ocasião da realização dos trabalhos da Comissão Especial de Inquérito, percebemos que o Município pagou R$ 17.655,00 pela realização de 3 pesquisas. Das pesquisas pagas pelo município, 2 foram no valor de R$ 5.940,00 e 1 no valor de R$ 5.775,00. Ao observarmos o teor dessas pesquisas, não percebemos diferenças significativas entre elas. Por isso, a sociedade pato-branquense aguarda uma explicação. Por que uma pesquisa paga pelo Sr. Viganó custa R$ 2.000,00 enquanto que as pesquisas pagas pelo Município custam aproximadamente o triplo do valor? Dos vereadores Cilmar Francisco Pastorello – PR, Márcia Fernandes de Carvalho Kozelinski – PPS e Volmir Sabbi – PT, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requerem seja oficiado ao Executivo Municipal solicitando que o mesmo informe a essa Casa de Leis qual é o regime de contratação da senhora Eroni Peters. Queremos saber especificamente: Desde quando a mesma trabalha por RPA? Quanto tempo a mesma trabalhou como estagiária? Qual a função que a mesma exerce hoje? Quanto recebe atualmente e quanto recebia como estagiária? Qual é sua formação e qual é o seu projeto de trabalho que está sendo oferecido ao Município? Dos vereadores Aldir Vendruscolo, Cilmar Francisco Pastorello – PR, Guilherme Sebastião Silverio – PMDB, Laurindo Cesa – PSDB, Márcia Fernandes de Carvalho Kozelinski – PPS, Marco Antonio Augusto Pozza – PMDB, Nelson Bertani – PDT, Osmar Braun Sobrinho – PV, Valmir Tasca – DEM e Volmir Sabbi – PT, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e em respeito a matéria publicada no Jornal Gazeta do Povo, edição nº 28.435, de 10 de setembro de 2007, pág. 16, em que comenta as dificuldades enfrentadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) por falta da regulamentação da Emenda Constitucional 29, requerem seja oficiado aos senadores do Paraná: Alvaro Fernandes Dias (Ala Senador Nilo Coelho, gab. 10); Flávio José Arns (Ala Senador Filinto Müller, gab. 06); Osmar Fernandes Dias (Ala Senador Teotônio Vilela, gab. 18); (Senado Federal, Praça dos Três Poderes - Brasília DF - CEP 70165-900); bem como, aos deputados federais do Paraná: Abelardo Lupion (Gabinete: 515 - Anexo: IV); Affonso Camargo (Gabinete: 233 - Anexo: IV); Airton Roveda (Gabinete: 513 - Anexo: IV); Alceni Guerra (Gabinete: 528 - Anexo: IV); Alex Canziani (Gabinete: 842 - Anexo: IV); Alfredo Kaefer (Gabinete: 818 - Anexo: IV); Andre Vargas (Gabinete: 923 - Anexo: IV); Angelo Vanhoni (Gabinete: 672 - Anexo: III); Assis do Couto (Gabinete: 428 - Anexo: IV); Barbosa Neto (Gabinete: 705 - Anexo: IV); Cezar Silvestri (Gabinete: 221 - Anexo: IV); Chico da Princesa (Gabinete: 633 - Anexo: IV); Dilceu Sperafico (Gabinete: 746 - Anexo: IV); Dr. Rosinha (Gabinete: 474 - Anexo: III); Eduardo Sciarra (Gabinete: 433 - Anexo: IV); Giacobo (Gabinete: 762 - Anexo: IV); Gustavo Fruet (Gabinete: 821 - Anexo: IV); Hermes Parcianello (Gabinete: 234 - Anexo: IV); Luiz Carlos Hauly (Gabinete: 220 - Anexo: IV); Luiz Carlos Setim (Gabinete: 901 - Anexo: IV); Marcelo Almeida (Gabinete: 820 - Anexo: IV); Max Rosenmann (Gabinete: 728 - Anexo: IV); Moacir Micheletto (Gabinete: 478 - Anexo: III); Nelson Meurer (Gabinete: 916 -

Anexo: IV); Odílio Balbinotti (Gabinete: 604 - Anexo: IV); Osmar Serraglio (Gabinete: 845 - Anexo: IV); Ratinho Junior (Gabinete: 521 - Anexo: IV); Ricardo Barros (Gabinete: 412 - Anexo: IV); Rocha Loures (Gabinete: 476 - Anexo: III); Takayama (Gabinete: 910 - Anexo: IV); Câmara dos Deputados, Palácio do Congresso Nacional, Praça dos Três Poderes, Brasília - DF - CEP 70160-900); para que se unam e formem um grupo, um conjunto suprapartidário de verdadeiros representantes constituídos em defesa do povo do nosso estado e da Nação no sentido de dar rápida tramitação e em seguida a regulamentação por parte do Congresso Nacional da Emenda Constitucional 29. A emenda 29 irá contribuir com uma vultosa soma de recursos anuais em favor do atendimento a saúde do povo brasileiro. Se a emenda for regulamentada, certamente os hospitais voltarão a funcionar normalmente, as filas acabarão e o povo brasileiro será atendido com rapidez e terá uma saúde pública de respeito e com qualidade. Portanto, contamos com a compreensão dos nossos digníssimos e verdadeiros representantes do nosso estado em legislar em favor da saúde de toda a população brasileira. Dos vereadores Osmar Braun Sobrinho – PV e Volmir Sabbi - PT, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requerem seja oficiado aos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, do Sistema Carcerário, instalada na Câmara Federal em Brasília. Primeiramente parabenizando o autor do requerimento que criou a CPI, deputado Domingos Dutra (PT-MA). Considerando que acompanhamos o trabalho desenvolvido em nosso município pela Diretoria e Associados da APAC - Associação de Proteção e Assistência aos Condenados, que nada mais é do que uma associação de cristãos pato-branquenses, entidade civil de direito privado com personalidade jurídica própria. O Objetivo da APAC é a humanização das prisões, através da melhoria de condições físicas dos presídios e da vida dos presos. Procura-se desenvolver nos condenados através do trabalho de valorização humana o propósito de viverem em harmonia e de se reintegrarem à sociedade. A APAC é filiada à FBAC – Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados – órgão coordenador e fiscalizador das APACs, reconhecidamente de utilidade pública, que tem a função de orientar, assistir e manter a unidade de propósitos das associações. O trabalho apaqueano tem embasamento na Constituição Federal, na Lei Federal nº 7.210, de 11 de julho de 1984, conhecida como Lei de Execução Penal e demais legislações pertinentes. O método APAC foi idealizado pelo advogado paulista Mário Ottoboni. A primeira APAC foi fundada em 1972, em São José dos Campos – SP, ganhando personalidade jurídica em 1974. Tinha o objetivo de desenvolver um processo humanizante para o presídio Humaitá daquela cidade, marcado por constantes rebeliões e revoltas dos presos. Este presídio foi o primeiro do mundo a ser administrado sem o concurso da polícia. Assistência social é feita semanalmente por um grupo de pessoas voluntárias e profissionais da área que ampliam os vínculos familiares, que se estendem, desde fornecimento de alimentos, produtos de higiene e limpeza, remessa de correspondências e telefonemas aos familiares, aquisição e fornecimento de materiais para trabalhos manuais, auxílio na venda e exposição de trabalhos confeccionados

pelos recuperandos (presos), etc. O trabalho da APAC de Pato Branco, Paraná segue o presídio modelo da APAC de Itaúna - MG, que administra o presídio com mais de 120 presos que cumpre pena nos três regimes de execução penal, fechado, semi-aberto e aberto, sem o concurso da polícia civil, militar e agentes penitenciários e as chaves ficam em poder dos próprios recuperandos (presos). Neste estabelecimento penal todo trabalho interno é realizado pelos próprios recuperandos que vai desde a limpeza, administração até a segurança, sempre acompanhados e dirigidos por voluntários da APAC. Os condenados não ficam ociosos em celas, mas trabalhando em marcenaria, horta, cozinha, produção de artesanato, velas, tapeçaria e outras atividades. Todos recebem remuneração pelo trabalho, resolvem seus conflitos internos por meio de um Conselho. Em mais de 10 (dez) anos de existência as fugas foram mínimas, não há registro de atos de violência ou rebeliões. E tem mais: recebem assistência jurídica, psicológica, médica, odontológica e espiritual. Estes e todos os serviços especializados são prestados por profissionais voluntários. Cabe informar ainda que esse trabalho humanitário tem alcançado índice de reincidência baixíssimos, chegando na casa de 7% (sete por cento) com um custo mensal de 1 (um) salário mínimo e ½ (meio) por preso, bem abaixo do que é gasto pelo Estado que está em média de 4 (quatro) salários mínimos e ½ (meio). Aqui em Pato Branco a APAC, com o apoio da comunidade, construiu o regime aberto com capacidade para 20 (vinte) presos e no momento atual aguarda autorização do Estado para o funcionamento. Tão logo inicia as atividades a Associação continuará a construção da segunda etapa que consiste no regime semi-aberto e por fim o regime fechado para atender 120 (cento e vinte) presos da Comarca de Pato Branco - Paraná. Consideramos que este trabalho deve ser incentivado e expandido em todo o território brasileiro a exemplo do que já ocorre no Estado de Minas Gerais, o qual já se tornou política pública. Por fim, com o diferencial do envolvimento da comunidade, característica fundamental do método APAC, surge algumas justificativas para o trabalho de natureza humanizante da execução penal brasileira: Necessidade de descentralização dos presídios, baseado no princípio de que cada comunidade deve assumir a sua população prisional; - Menor número de condenados juntos dificultando a formação de quadrilhas e a constituição de grupos que subjugam os mais fracos; - Melhoria das instalações dos estabelecimentos penais, com salas para laborterapia, biblioteca, laboratório médico-odontológico, refeitório, reuniões, aulas, encontros festivos e atos religiosos; - Municipalização do cumprimento da pena, com presídio de pequeno porte situado nas comarcas; - Manutenção da ordem com ajuda de recuperandos designados para representar os interesses da cela. Para tanto, sugerimos aos membros da CPI, para que conheçam a metodologia da APAC, visitando o Centro de Recuperação Social Dr. Franz de Castro Holzwart de Itaúna - Minas Gerais, localizado no endereço: Avenida João Moreira de Carvalho, 1336 - Bairro Parque Jardim Santanense - Itaúna-MG, Cep: 35.681-100 - Fones: (37) 3241-7892 e (37) 3243-1737, apacitauna@nwnet.com.br e site www.apacitauna.com.br. Todas as proposições foram aprovadas por unanimidade.

Em seguida, foram lidos e após leitura baixarão às comissões permanentes para análise e emissão de pareceres, os seguintes projetos de lei: nº 138/2007, de autoria do vereador Valmir Tasca - DEM, que denomina logradouro público de "Demethilde Mignoni Tumelero"; nº 139/2007, mensagem nº 135/2007, que altera dispositivos da Lei nº 2.419, de 21 de janeiro de 2005 e revoga a Lei nº 2.576, de 21 de dezembro de 2005; nº 140/2007, mensagem nº 136/2007, que dispõe sobre a criação da Coordenadoria do Estacionamento Regulamentado e dá outras providências; nº 141/2007, mensagem nº 137/2007, que dispõe sobre a criação da Coordenadoria do Órgão Gestor do Sistema de Transporte Coletivo de Passageiros e dá outras providências. Prosseguindo, fez uso da palavra o vereador Cilmar Francisco Pastorello - PR, inscrito no Grande Expediente, para falar sobre a absolvição do Presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), da acusação de quebra de decoro parlamentar. Por 40 (quarenta) votos contra a cassação, 35 (trinta e cinco) a favor e 6 (seis) abstenções, o mandato do senador foi preservado, em sessão fechada e votação secreta. Após o pronunciamento do vereador Cilmar Francisco Pastorello, o presidente, Valmir Tasca, consultou o Plenário para a inversão na ordem dos trabalhos para que o senhor Claudemir Zanco, Presidente da União das Associações de Moradores dos Bairros de Pato Branco, inscrito na Tribuna Livre fizesse uso da palavra. A sugestão foi aprovada por unanimidade, portanto foi dada a palavra ao senhor Claudemir Zanco, para falar sobre o despejo dos moradores do Loteamento Edir Siliprandi. Claudemir Zanco explicou que no loteamento existem 32 famílias que há alguns anos adquiriram terrenos no loteamento e nele construíram suas moradias, porém, não conseguem pagar as prestações e podem ser despejadas pelo proprietário dos imóveis, que entrou na justiça buscando os seus direitos. Claudemir Zanco explicou o problema que as famílias estão passando e pediu apoio dos vereadores na busca de uma solução. Ele começou seu pronunciamento lembrando do fato ocorrido no ano de 2002, quando o então presidente do bairro Alvorada o procurou dizendo que 18 famílias tinham recebido ação de despejo. "As famílias estavam fora das casas com seus móveis protegidos por lonas enquanto máquinas estavam preparadas para demolir suas moradias. Na mesma semana, mais 14 famílias foram despejadas. Encontramos um terreno desocupado do município, no final da Rua Princesa Isabel, no Lago Azul, e decidimos levar as famílias, que não tinham para onde ir, até aquele terreno. Hoje são 45 famílias que estão nesse local, onde foi montada uma associação provisória de moradoras", relatou. Nos últimos dias, o Presidente da União das Associações de Moradores dos Bairros de Pato Branco foi procurado pela líder comunitária, Marli Terezinha Soares, com um dilema parecido com aquele vivido em 2002. São 32 famílias que estão há aproximadamente 20 anos, morando em Pato Branco e agora estão a mercê de um possível despejo. "O proprietário do loteamento está cobrando na justiça os valores atrasados e o município está cobrando o IPTU. Um dos terrenos foi leiloado no último dia 10, não teve comprador. Antes do leilão, o leiloeiro alertou a moradora que, se o terreno fosse vendido, ela teria que sair imediatamente do imóvel", disse. Segundo Zanco, o

marido da moradora desse imóvel era motoboy, passou por dois acidentes e hoje está impedido de trabalhar. Com isso, a família, que tem ainda duas crianças, não consegue mais pagar as parcelas, que vinham sendo quitadas corretamente. As demais famílias que fazem parte desse loteamento têm renda mensal de aproximadamente R$ 300,00. "Isso para pagar água, luz, medicamento, e outras despesas, sobrando muito pouco para as parcelas do terreno. Quero destacar que eles não querem nada de graça, querem pagar, mas dentro das possibilidades de cada um. Estamos fazendo um movimento pacífico, buscando junto aos vereadores e depois com o Executivo uma solução para essas famílias. Não queremos que o episódio do bairro Alvorada se repita", ressaltou. Ao fazer uso da palavra a senhora Marli Terezinha Soares apelou: "Se não for possível construir casas com parcelas baixas, que a gente possa pagar. A prefeitura pode nos dar um terreno, com luz, que a gente dá um jeito de construir nossas casas e pagar pelo terreno. São famílias que não têm emprego fixo, tem semanas que eu passo sem um dia para trabalhar. Desse jeito, como vamos conseguir R$ 250,00 para pagar as parcelas do terreno. Muitas vezes não temos dinheiro para comprar nossos medicamentos. Estamos pedindo ajuda, mostrando nossa situação, não queremos nada de graça, queremos prestações baixas para podermos pagar. Há 22 anos eu moro em Pato Branco e estou passando por essa situação, vendo meus filhos e netos enfrentarem os mesmos problemas", destacou a líder comunitária. De acordo com Zanco, existe uma nova lei, pertencente ao Estatuto das Cidades, que permite uma ação de usucapião urbana. "A UAB vai entrar com essa ação e também trabalhar pela efetivação da Companhia de Habitação de Pato Branco, criada pela Lei Municipal nº 1389/95, de autoria dos vereadores Gilson Marcondes, Cilmar Pastorello, Osvaldo Ruaro e Nelson Bertani, que pode resolver o problema do São Cristóvão, e de outros moradores de Pato Branco", afirmou. O presidente da Câmara Municipal de Pato Branco, Valmir Tasca (DEM), destacou que a câmara vai apresentar, com apoio de todos os vereadores, uma indicação para que o Executivo encontre uma solução para essas famílias, impedindo que o ocorrido no bairro Alvorada se repita. A seguir, passou-se ao espaço destinado às lideranças partidárias. Fizeram uso da palavra os vereadores Volmir Sabbi, líder do PT; Marco Antonio Augusto Pozza, líder do PMDB; Cilmar Francisco Pastorello, líder do PR; Nelson Bertani, líder do PDT; Laurindo Cesa, líder do PSDB; Márcia Fernandes de Carvalho Kozelinski, líder do PPS. Para o líder do PT, vereador Volmir Sabbi, cabe ao poder público agir em defesa das pessoas pobres, encontrando forma de dar igualdade para todos. "Nós, vereadores, fazemos parte do poder público e temos a responsabilidade de pressionar o Executivo na busca de uma solução para esse problema, assim como a efetiva ação para a mudança desse quadro", afirmou. Sabbi relatou que, durante a fala de Marli, lembrou dos projetos para doação de imóveis para empresas do município, que tem recursos próprios. "O poder público não tem dinheiro para ajudar os mais humildes, mas tem dinheiro para as grandes empresas. Isso é uma inversão de prioridades que eu não estou mais disposto a deixar acontecer. A justificativa para as doações de imóveis é o risco dessas empresas

se instalarem em outros locais e a geração de emprego e renda. Mas não podemos ajudar apenas os empresários, temos que ajudar também as pessoas pobres do município, e se não tiver recursos, teremos que abrir mão de ajudar essas empresas", disse. Sabbi alertou o Executivo, dizendo que, se não haver decisão para tentar solucionar o problema da habitação, ele irá refletir sobre seu posicionamento favorável a doação de imóveis para empresas. O vereador Marco Antonio Augusto Pozza, líder do PMDB, ressaltou que o Executivo não pode enxergar um problema dessa gravidade sem dar apoio. "Isso é preocupante e quero parabenizar a atitude do presidente da União das Associações de Moradores dos Bairros, Claudemir Zanco, em trazer esse problema até a câmara, uma atitude sensata. Não podemos ficar parados diante desse problema, porque hoje, são 32 famílias, mas amanhã, serão quantas? O fomento da indústria, relatado por Sabbi, não pode ser deixado de lado para resolver a questão da habitação, porque esse trabalho também é importante, pois sem emprego, não adianta dar casas. Sem dar trabalho, não adianta dar comida", opinou. Autor da Lei Municipal nº 1389/95, junto com os vereadores Gilson Marcondes, Osvaldo Ruaro e Nelson Bertani, o vereador Cilmar Francisco Pastorello - PR, falou sobre a matéria aprovada há mais de dez anos e que poderia amenizar esse tipo de problema, financiando moradias para as pessoas pobres. "Criamos a Companhia Municipal da Habitação através dessa lei com o objetivo de enfrentar o problema da habitação em Pato Branco. O Governo Estadual ou Federal estão distantes de nós, não conhecem os problemas do município, por isso, a solução tem que partir do próprio município", ressaltou. Segundo Cilmar Pastorello, a idéia do projeto era vender imóveis inservíveis do município, com os recursos arrecadados, comprar imóveis em vários pontos da cidade, para não colocar todas as famílias em um só local, fazendo um "bairro para os excluídos". Também seriam destinados recursos orçamentários para o Fundo Municipal da Habitação. "Dessa forma, o município poderia vender os imóveis em diversas parcelas, pois não precisa lucrar com a iniciativa. Também poderíamos buscar recursos do Governo Federal e Estadual para o fundo de habitação, que seria gerido pelo município. Porém, esse projeto foi feito há mais de dez anos e até hoje, não destinamos um palmo de terra para essa companhia de habitação", lamentou. O líder do PDT, Nelson Bertani, relatou que na época em que foi feito o projeto ele viajou com os outros proponentes para Cascavel, conhecer o trabalho feito pela companhia de habitação daquela cidade. "Acredito que devemos por esse projeto em prática", disse. Ele discordou da posição tomada pelo vereador Sabbi. "Acredito que não é deixando de votar nas doações de imóveis que iremos resolver esse problema da habitação. O cadastramento das famílias, citado pelo vereador Marco Pozza, é importante, vejo que nos conjuntos habitacionais do bairro Planalto, por exemplo, 10% dos moradores que começaram ainda estão lá, isso porque as pessoas vendem as casas. Às vezes vemos famílias que estão à beira da estrada, ganham um terreno, vendem, e voltam para a beira da estrada, isso infelizmente acontece e temos que nos precaver. Acredito que devemos tomar uma atitude e sou solidário para procurar uma solução

para esse problema", manifestou-se. A vice-presidente da câmara, vereadora Márcia Fernandes de Carvalho Kozelinski - PPS, relatou que problemas desse tipo existem em todos os lugares e é preciso agir efetivamente e não apenas prometer. "Andando pelas periferias vemos muitas pessoas em situação parecida a dessas pessoas que estão aqui hoje. Enquanto poder público, precisamos dar uma solução para isso. Nos sentimos angustiados procurando uma solução, o vereador Sabbi falou sobre a questão das doações de imóveis, mas penso que existem outras medidas que possam ser tomadas. Por exemplo, a questão dos gastos com publicidade e propaganda, ou pesquisas de opinião, que poderiam ser melhor empregados na construção de casas para essas pessoas. Precisamos ter atitudes que mudem a situação da pobreza", afirmou. O vereador Aldir Vendruscolo, primeiro secretário da câmara, reforçou indicação para a venda dos lotes inservíveis, onde os recursos podem ser aplicados no fundo de habitação, para financiar novos conjuntos habitacionais através da companhia de habitação. No decorrer da sessão, durante a primeira votação e discussão do Projeto de Lei nº 136/2007, que autoriza a abrir Crédito Suplementar no valor de R$ 1.980.000,00, Vendruscolo condicionou a segunda votação a uma reunião com o Executivo, onde seja apresentada uma solução para o problema da habitação em Pato Branco, com possível alocação de recursos na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) ou Plano Plurianual (PPA). Na seqüência, foi dada a palavra ao senhor Masanobu Schimada, convidado pelo vereador Laurindo Cesa - PSDB, através do ofício nº 511/2007, 24 de agosto de 2007, para falar a respeito do cultivo do bambu e a possibilidade do mesmo tornar-se uma alternativa de renda nas pequenas propriedades rurais do Sudoeste do Paraná. Foco de pesquisas em todo o mundo, a cadeia produtiva do bambu, foi o tema abordado pelo agropecuarista, ex-secretário da Agricultura e Meio Ambiente do Município de Palmas, Paraná e governador do Distrito 4640 do Rotary Internacional, Masanobu Schimada. Entre os produtos feitos a partir do vegetal, estão móveis, pisos, tecidos e até bebidas. Masanobu Schimada disse que mora há 13 anos em Palmas e há três anos conheceu um imigrante japonês que dedicava-se ao estudo do bambu. "Ele afirmava que o bambu era o vegetal que revolucionaria o planeta. Acabei me interessando pelo bambu e comecei a estudar o vegetal", disse o agropecuarista, que hoje cultiva várias amostras de bambu em sua propriedade. Segundo ele, existem mais de 1.270 espécies nativas de bambu em todo o mundo, divididas em cerca de 90 gêneros. Elas são encontradas em altitudes que variam de zero até 4.800 metros. O bambu é da família das Gramineae ou Poaceae. No Brasil existem 75 espécies nativas, como o Taquaruçu. "Precisamos utilizar o mínimo de recursos disponíveis na natureza, sem agredi-la. Buscar materiais alternativos que não poluam e sejam renováveis. Nesse contexto, o bambu é o foco de atenção no mundo inteiro, pois oferece excelentes características como vegetal. Podemos aproveitá-lo para conter erosões, por exemplo, sendo que é o vegetal que mais seqüestra carbono. Existem milhares de utilidades para o bambu, fazendo de moradias até bebidas. Lembrando que uma das primeiras lâmpadas, de Thomas Edison, foi feita com filamento criado a partir de fibra de bambu; e o 14-Bis,

de Santos Dumont, teve sua estrutura feita a partir do bambu", relatou Schimada. De acordo com ele, a mais recente utilização é a fabricação de tecido e também a utilização do pó do bambu para alimentar animais, por exemplo, misturando com a ração, que aumenta a resistência dos animais, reduzindo o uso de antibióticos. Schimada passou três meses no Japão, a convite do governo do país, para aprender sobre o aproveitamento econômico do bambu. "O principal motivo dessa viagem foi aperfeiçoar meus conhecimentos sobre a aplicação economia do bambu, pesquisando sobre qual a forma para agregar valor, viabilizando a produção", disse. O vereador Laurindo Cesa - PSDB indagou sobre a utilização do vegetal para a proteção de mata ciliar. Schimada explicou que existem entraves na legislação, pois ela determina que para a proteção da mata ciliar é necessário usar espécies de origem nativa. O líder do PDT, Nelson Bertani, questionou sobre a viabilidade econômica do vegetal. "Fui convidado pelo Sebrae (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Paraná) para montar uma cadeia produtiva do bambu. Acredito que nesse estudo promovido pelo Sebrae existirá informações suficiente sobre a viabilidade econômica. Os dados que tenho, indicam que o bambu produz de 100 a 120 toneladas de biomassa por hectare, sendo que o recomendável é colher apenas 1/3 dessa produção. No entanto, ainda sobram 40 toneladas, uma grande produção de biomassa", respondeu. Após o pronunciamento do convidado, foi feito o intervalo regimental de 5 (cinco) minutos. Retornando aos trabalhos, passou-se imediatamente à apreciação da ordem do dia. Aprovado em primeira votação, votação nominal, com 8 (oito) votos a favor e 2 (duas) ausências, o projeto de lei nº 126/2007, mensagem nº 121/2007 (regime de urgência), que autoriza doação de imóvel à R. Refinski Metalúrgica - Indústria de Confecções de Artefatos de Alumínios. O vereador Volmir Sabbi - PT votou a favor do projeto de lei, porém justificou dizendo que o Poder Público deve resolver o problema habitacional das famílias carentes. Aprovado em primeira votação, votação nominal, com 8 (oito) votos a favor e 2 (duas) ausências, o projeto de lei nº 130/2007, mensagem nº 129/2007, que altera o art. 1º e inciso I, da Lei nº 2.154, de 13 de maio de 2002. Aprovado em primeira votação, votação simples, com 7 (sete) votos a favor e 2 (duas) ausências, o projeto de lei nº 136/2007, mensagem nº 132/2007 (regime de urgência), que autoriza abrir Crédito Suplementar, no valor de R$ 1.980.000,00 (um milhão novecentos e oitenta mil reais). Aprovado em primeira votação, votação simples, com 7 (sete) votos a favor e 2 (duas) ausências, o projeto de Resolução nº 9/2007, de autoria dos vereadores Aldir Vendruscolo e Nelson Bertani - PDT, que altera a redação do § 3º, do artigo 3º, da Resolução nº 03, de 18 de outubro de 2002, que institui Medalha de Honra ao Mérito Pato-branquense. Aprovado em votação única e simples, com 7 (sete) votos a favor e 2 (duas) ausências, o Balancete Financeiro da Câmara Municipal de Pato Branco referente o mês de agosto de 2007. Ausentes os vereadores Osmar Braun Sobrinho - PV, conforme requerimento aprovado anteriormente, e Marco Antonio Augusto Pozza - PMDB, o qual retirou-se do plenário, tendo em vista problema familiar. Finda ordem do dia, passou-se ao espaço destinado às explicações pessoais. Fizeram uso da palavra os vereadores

Volmir Sabbi – PT e Aldir Vendruscolo. Nada mais havendo a ser tratado foi encerrada a sessão. Lavramos a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada pelos de competência.

Pato Branco, 13 de setembro de 2007.

Valmir Tasca
Presidente

Aldir Vendruscolo
1º Secretário